

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO DO BRASIL.

Jean Mac Cole Tavares dos Santos¹
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
maccolle@hotmail.com.

Suzana Paula de Oliveira Pereira²
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
suzanaoliveira.advogada@gmail.com

Resumo do artigo:

A última década foi marcada pela criação de leis que tratam da inclusão da temática ensino da história e cultura afro-brasileira de forma cogente dentro dos currículos. O trabalho busca o estado do conhecimento sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas instituições públicas de ensino médio no Brasil a partir de 2010 até os dias atuais, por meio de banco de periódicos da Capes. A pesquisa realizada é qualitativa de cunho bibliográfico. A metodologia segue os princípios de análise de conteúdo.

Palavras-chave: ensino, história, racismo.

Introdução

O Brasil desde a época da colonização traz o estigma da escravidão, tendo carregado, por muito tempo, a negação ao reconhecimento das diferenças culturais, sendo o racismo reflexo dessas formas de negação dessas diferenças culturais. A abolição dos escravos ocorreu no ano de 1888, ou seja, há aproximadamente 128(cento e vinte e oito) anos e mesmo assim o racismo e a intolerância ainda persistem na atualidade.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mecanismos que asseguram o combate ao racismo nos termos do art.5º, inciso XLII, porém o mesmo ainda existe, sendo as ações afirmativas um dos caminhos para superação do racismo.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com estágio doutoral na Universidade de Valência, Espanha e Pós doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Adjunto IV – FE/Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: maccolle@hotmail.com.

² Bacharel em direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Especialista em direitos humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Discente do mestrado interinstitucional da UERN, UFERSA e IFRN – POSENSINO.

Neste sentido, no ano de 2003, o Brasil modificou a Lei de diretrizes e bases da educação criando uma das primeiras ações afirmativas para superação do racismo, através da lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

No sentido de promover a aplicação dessa lei foram criadas, no ano de 2005, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Ocorre que apesar de apresentar diversas disposições legais as mesmas foram corroboradas pela lei 11.645/2008. Em 2010 foi criada a lei 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial sendo este documento utilizado como marco histórico para análise da temática.

O presente estudo se deu através da pesquisa bibliográfica, buscando o estado do conhecimento sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas instituições públicas de ensino médio no Brasil a partir de 2010 até os dias atuais, por meio de banco de periódicos da Capes.

Os resultados dessa pesquisa podem influenciar na produção de trabalhos acadêmicos voltados para superação do racismo como prática dentro da escola, subsidiar o debate e reflexões sobre a discussão da temática nas escolas públicas de ensino médio, bem como identificar novas formas de trabalhar a temática da história e cultura afro-brasileira e africana.

Nesse sentido faz-se necessário investigar como se deu a produção acadêmica acerca do o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas de ensino médio?

Do percurso metodológico realizado.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de ordem qualitativa de cunho bibliográfico (RICHARDSON, 2012), que busca encontrar artigos que estão sendo desenvolvidos dentro da temática: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas do ensino médio, no período de 2010 a 2016, utilizando como indexador o portal de periódicos da CAPES/MEC. A escolha desse indexador se deu pela facilidade de obter acesso aos trabalhos de todo país de forma mais célere através do meio digital.

O parâmetro que norteou a pesquisa foi a obrigatoriedade o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do ensino médio. Inicialmente foi escolhido como ferramenta de pesquisa o banco de periódicos da CAPES/MEC por abranger a produção de todas as regiões do país, bem como ser referencial de pesquisa na área acadêmica. Após a escolha do indexador fora realizada pesquisa por assunto e inserido o descritor “história e cultura afro-brasileira” tendo apresentado 62 resultados. Em seguida foram selecionados os artigos somente em

língua portuguesa. Diante da impossibilidade de exaurimento da temática e pelas restrições de tempo para uma pesquisa dessa proporção foram escolhidos artigos com mais um descritor: “ensino” no sentido de direcionar melhor a pesquisa, tendo obtido 23 resultados. Em seguida foi realizada uma delimitação temporal, tomando por marco inicial a lei de nº 7.037/2010.

A pesquisa evidenciou 12 produções dentre artigos em periódicos científicos.

Depois de uma triagem inicial, passamos a verificar se os trabalhos selecionados tratavam, de fato, de estudos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino médio, por meio da leitura dos textos. Outro parâmetro para escolha foi acessibilidade dos trabalhos na íntegra, optando-se pelos de livre consulta. A aplicação desses parâmetros reduziu a amostra inicial para 9 artigos.

Dos 9 (nove) trabalhos selecionados foram submetidos a um tratamento inspirado em Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) em que emergiram três categorias relativas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas de ensino médio. As categorias escolhidas foram políticas públicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas de ensino médio, utilização de material didático relativo à temática, formação de professores, e estão diretamente ligadas as diretrizes nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira que se referem a tais categorias como meios de efetivar a diretrizes acima mencionadas. Essa fase constituiu-se de uma leitura inicial flutuante sobre o corpus de análise para verificar a validade das categorias escolhidas e de uma posterior leitura aprofundada na qual se buscou identificar a presença das categorias escolhidas.

Dos Resultados

O estudo focou-se na análise e na discussão dos aspectos que envolvem o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas do ensino médio, presentes nos trabalhos selecionados, com o intuito de evidenciar possíveis tendências e de destacar os valores de ordem educacional. Seguindo nesse viés faremos alguns apontamentos atrelados aos direcionamentos/implementações verificados em cada uma das categorias supramencionadas.

1ª categoria: Políticas Públicas.

O artigo HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil dos autores Silva e Santiago(2016) traz como objetivo discutir a institucionalização da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, compreendida como política curricular de promoção da igualdade racial e como referencial na luta por uma educação antirracista no Brasil. Trata-se de um estudo exploratório realizado a partir da produção acadêmica e da legislação referente ao tema. Primeiramente os autores abordam a construção da política curricular de educação para as relações étnico/raciais no Brasil destacando o direito a diferença que exige um novo perfil docente, bem como enseja a problematização dos conteúdos dos currículos. Apontam como verdadeiro desafio da atualidade é dar materialidade a uma política curricular que trate pedagogicamente de modo a tratar as diferenças de forma equitativa e respeitosa.

Num segundo momento destacam a influência do movimento negro na criação de legislações que garantam a inclusão nos currículos das redes de ensino estaduais e municipais disciplinas referentes à História dos Negros no Brasil e do Continente Africano. Os autores elencam as principais legislações que alteram e complementam a Lei de Diretrizes e Bases da educação. Asseveram que a criação das legislações representam avanços relevantes que influenciam diretamente nas políticas e práticas voltadas a superação do racismo e das desigualdades étnico-raciais.

Nas considerações finais os autores propõem uma reformulação do ensino para que seja possível a implementação da política curricular que embase a escola na atualidade, de forma a considerar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas; os procedimentos de ensino; a formação de professores, as condições oferecidas para o ensino e a aprendizagem; problematizando ainda os objetivos da educação oferecida pelas escolas. Reconhecem ainda os avanços desde a primeira legislação sobre a temática, mas apontam como incipientes as iniciativas voltadas para as práticas pedagógicas, identificando que ainda estão em processo de produção.

Visando discutir a aplicação da lei 10.639/2003 no contexto da prática Souza e Pereira (2013) trouxeram o artigo IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003: mapeando embates e percalços. O referido artigo foi fruto do Programa de Ações Afirmativas da UFMG, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC – e a representação da UNESCO no Brasil. O *locus* da pesquisa se deu em 4 (quatro) escolas da região nordeste. O trabalho visou contribuir para discussão da aplicação da temática que tratem das relações étnico-raciais na escola. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo e observação

participante, onde foram realizadas entrevistas com alunos, professores e funcionários das escolas analisadas.

Com relação aos resultados, no que se refere às práticas pedagógicas algumas escolas apresentaram percepções distintas da legislação, de uma lado uma visão disciplinar através da criação de disciplina específica e do outro uma visão interdisciplinar ao utilizar cursos e palestras, tendo ainda identificado como resultado uma deficiência do conhecimento do conteúdo da referida lei pelas partes envolvidas, propondo ainda que sejam realizadas políticas que promovam não somente a divulgação da lei para os gestores, mas também a verdadeira implementação nas escolas.

Oliveira e Candau (2010) no artigo PEDAGOGIA DECOLONIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERCULTURAL NO BRASIL, aborda problemática da educação intercultural no contexto latino-americano utilizando como elementos norteadores os Direitos Humanos, Multiculturalismo e Educação: utilizando as reflexões acerca da tensão entre igualdade e diferença. Inicialmente os autores partem de uma análise perfunctória dos principais conceitos que embasam as reflexões do grupo estudada Modernidade-Colonialidade, cuja produção faz parte do estudo. Abordam o colonialismo articulando os conceitos de colonialidade epistemológica e colonialidade do poder como formas de manutenção das diferenças. Elegem o conhecimento disseminado em vários grupos e sob diversas perspectivas como ferramenta de transformação de uma sociedade.

Na sequência, são elencadas as percepções de pedagogia decolonial e interculturalidade crítica. Destacam a interculturalidade como meio articular conhecimentos ocidentais e de outras civilizações de forma equânime, ainda que tensa. Por fim, são discutidas possíveis aproximações entre as propostas da pedagogia decolonial e intercultural e as das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo obtido como resultado que a criação das legislações possibilita a reflexão acerca das questões veladas do racismo ainda presente no cotidiano social e escolar do no nosso país, sendo necessário questionar o racismo epistêmico no modo a promover uma reinterpretação da história e do modo de difundir o conhecimento.

Nas análises realizadas nos trabalhos supramencionados os resultados foram uníssomos no sentido de revelar que a escola ainda está distante da concepção idealizada pelas políticas públicas e documentos legais, e que, apesar dos empenhos perceptíveis, as políticas estabelecidas ainda reforçam um modelo eurocentrista, apontando ainda a necessidade de reforço das políticas públicas voltadas para o ensino da temática de forma mais efetiva a todas as partes envolvidas.

2ª categoria: Material didático.

Com relação aos trabalhos voltados para análise de material didático que aborda a temática história e cultura africana Rolandi e Vitorino (2015) trazem em seu artigo: REFLEXÕES SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, na Revista da Faculdade de Educação da Unicamp – SP, trazendo uma visão crítica de como são dispostos os assuntos de modo que pode ensejar distorções, ressaltando a necessidade do docente discutir de forma reflexiva os conteúdos trazidos nos livros estudados. Rolandi e Vitorino(2015) tiveram como objetivo problematizar o cumprimento da Lei n.º 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como de que maneira tais assuntos são tratados nos materiais didáticos. Para isso analisaram duas sequências didáticas, utilizando como bases teóricas a Teoria da Luta por Reconhecimento, de Axel Honneth (2009) e o conceito de Ocultação Ideológica, de Michel Debrun (1959; 1989; 1990). Tais teorias auxiliam no entendimento dos processos de luta pelo reconhecimento de ocultação ideológica.

Como resultado reconhece que os materiais didáticos analisados podem auxiliar os professores na abordagem da temática, porém necessitam de uma abordagem crítica e reflexiva, destacando ainda a necessidade de materiais desprovidos de ocultação ideológica para que se possa agenciar a autoconsciência do discente, de modo a difundir essa visão, bem como obter o pertencimento a sua comunidade.

Felipe e Teruya (2013), no artigo: FILMES E NEGRITUDE EM SALA DE AULA: ESSA RELAÇÃO É POSSÍVEL? fazem um relato de experiência com professores participantes de um curso de extensão intitulado: “O cinema no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica” que visava atender as disposições da lei 10.639/2003. Tinha como objetivo discutir as potencialidades das narrativas fílmicas na sala de aula para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, bem como buscou investigar como se dá a utilização de filmes em sala de aula, bem como se os materiais didáticos disponíveis pelo governo nas escolas públicas permitem trabalhar a temática e o nível de conhecimento dos professores acerca da Lei 10.639/2003.

Os resultados da pesquisam destacam a viabilidade pedagógica da filmografia na abordagem do assunto, ainda que os professores não saibam utilizar a potencialidade da ferramenta elas podem ensejar discussões sobre as

relações étnico-raciais. Alguns questionários trouxeram como resposta a ausência em parte de abordagem da temática em sala de aula. Foram elencadas algumas justificativas por parte dos professores, tais como: a falta de formação específica para lidar com as questões étnico-raciais em sala de aula, a dificuldade de compreender a necessidade de efetivar a lei, o medo de questionar os diversos padrões e tradições estabelecidos socialmente e a falta de materiais didáticos. Destacaram ainda os efeitos positivos da formação de professores, especialmente no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, no sentido de fomentar melhorias na educação básica, sendo viável a utilização dos filmes relacionando aos estudos culturais.

Os resultados das pesquisas mostram as diferentes abordagens. Enquanto que na pesquisa Felipe e Teruya (2013) utilizam o filme como ferramenta de difusão da temática, Rolandi e Vitorino (2015) entendem que os temas sobre relações étnicas são debatidos nas obras de forma precária de modo a exigir a atuação do professor no sentido de auxiliar aos alunos a interpretar as considerações de imagens de forma a superar o racismo. Ressalta ainda o problema de não abordarem com profundidade questões fundamentais da contemporaneidade, demandando uma maior reflexão por parte dos docentes. Os autores, após a análise, identificaram uma série de equívocos que podem ensejar mudanças de abordagem dos referidos livros estudados, bem como a ampliação das discussões encontradas. O ponto comum às duas abordagens é a necessidade de se trabalhar materiais com conteúdo voltado para temática de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, destacando a precariedade de materiais que tratem do assunto de forma mais didática ao aluno.

3ª categoria: Formação de professores.

Em busca de registrar um relato de experiência concernente a um curso de extensão junto à Diretoria de Extensão da Universidade Estadual de Maringá/PR, FELIPE e TERUYA (2012), na revista Educação, escreveram o artigo Narrativas de docentes sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Para o trabalho utilizaram como metodologia: entrevistas com os professores, bem como através da formação dirigida aos professores do ensino básico, utilizando da pesquisa-ação. Teve como objetivo analisar a visão dos professores acerca da obrigatoriedade em tratar a temática determinada pela Lei 10.639/2003, abordando os desafios dos docentes na sua abordagem, utilizando o filme como ferramenta para que o conteúdo possa ser discutido de forma

reflexiva compreendendo o saber como ato dinâmico e heterogêneo, bem como ressaltando o caráter interdisciplinar do assunto com base nas diretrizes nacionais.

Como resultado, a partir dos dados da pesquisa, os autores entenderam que partes dos docentes, inicialmente, apresentavam uma visão de democracia racial que por sua vez mascarava o racismo, mas que após o curso surgia uma nova percepção sobre a importância de trabalhar o assunto em sala de aula, bem como que a visão de que os professores são capazes de ressignificações, cabendo aos docentes trabalhar as diferentes acepções étnicas e culturais de modo fugir do modelo etnocentrista que havia se homogeneizado desde a escravidão.

Utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, Silva e Pereira (2014) em seu artigo APONTAMENTOS SOBRE A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE LITERATURA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO, relacionam a obrigatoriedade do ensino da história da cultura afro-brasileira e africana destacando a importância da literatura africana como ferramenta de abordagem do professor em sala de aula, de modo que o mesmo tenha uma compreensão do assunto antes mesmo de tratá-lo com os alunos, indicando ainda a utilização do método dialético para compreensão da temática. Tendo trazido como resultados que o processo de letramento literário pode despertar no discente uma reflexão crítica que nasce do conhecimento e do intercâmbio com diferentes culturas, de modo a promover a leitura, bem como instigando a aquisição de novos saberes.

Verrangia (2013) na Revista Internacional de Investigação em Educação, MAGIS, em seu artigo: A formação de professores de ciências e biologia e os conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira, teve por objetivo pesquisar a relação dos processos educativos vivenciados pelos docentes, bem como sua contribuição para a realização de ensino que busque promover relações etnicorraciais positivas entre os estudantes. Utilizando como elemento norteador um conjunto de pesquisas, teóricas e empíricas, tendo uma delas sido realizada no programa de formação de professores organizado pela UFSCar e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2006. O outro foi um estudo em nível de doutorado, no qual se buscou conhecer de forma aprofundada dimensões que influenciam no processo de formação de professores de Ciências e Biologia, brasileiros e estadunidenses, para educar relações etnicorraciais positivas junto a seus estudantes, negros e não-negros.

Ressaltou ainda a necessidade de valorizar a ancestralidade, a oralidade e reconhecendo como herança cultura imaterial de origem africana, ressaltando a importância dos conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de ciências. Assevera a necessidade de utilização da temática de modo a promover uma discussão, podendo estabelecer paralelos e cisões em que o aprender sobre um determinado assunto pode auxiliar no entendimento e valorização de outro. Como resultado menciona que cabe a cada docente viver seu próprio processo de transformação, de modo a envolver-se verdadeiramente com o objetivo de educar relações etnicorraciais justas. Destaca a relevância o papel da sociedade, centros de formação e universidades, na condução dos processos formativos.

Siqueli (2013) traz, uma abordagem sobre a formação docente voltada para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em seu artigo: O PAPEL PEDAGÓGICO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DAS LEIS 10639/03 E 11645/08: APONTAMENTOS ÉTICOS E ÉTNICOS. O enfoque do trabalho é a relação do aspecto ético do docente no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Utilizando as categorias alteridade, nostridade e diálogo, a autora propõe o uso da reflexão de forma a trabalhar a consciência para promover a efetivação dos termos da lei. Destaca ainda a importância da continuidade do processo educacional para superação de paradigmas, pautados na exclusão das diferenças entre seres humanos, para um modelo inclusivo em todos os aspectos, de forma a desconstruir estereótipos relacionados a preconceitos.

Nas considerações finais a autora propõe o uso de uma interpretação compreensivista associada a atitude crítica no sentido de promover a autonomia tanto do professor como do aluno. Destaca a necessidade do agir ético do professor de modo a influenciar seus alunos em sala de aula, bem como a análise da legislação de forma sensível com uso de metodologias que incentivem a participação dos alunos. Ressalta ainda o papel da formação do educador como meio para a reflexão ética das diferenças étnicas, sendo este o profissional responsável por identificar e tentar coibir práticas discriminatórias em sala de aula.

Os trabalhos acima elencados trazem contribuições significativas a formação de professores, haja vista que apontam abordagens distintas para discussão da temática, seja através da utilização de filmes, seja através do uso da literatura, considerando ainda uma abordagem ética para trabalhar as relações etnicorraciais, bem como indicando que seja utilizado o método dialético no sentido de problematizar a temática.

Dentre os artigos direcionados na perspectiva de formação docente verificou-se a necessidade de uma maior reflexão crítica da temática, destacando a importância da qualificação dos professores como elemento que provoca a discussão e, muitas vezes, a mudança de visão de docentes e discentes de forma a tentar superar o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os desafios encontrados no presente estudo foi possível realizar a identificação de alguns ponto-chave nesta produção. O primeiro deles é a percepção disciplinar da temática, posto que em alguns trabalhos o foco é direcionado para o ensino da disciplina história.

Analisando o foco temático das publicações, verifica-se que este levantamento aponta que o campo relacional entre as relações etnicorraciais e a escola é vislumbrado por estudiosos das áreas em questão, que o estudo da temática sofre influência diretamente disciplinar acima mencionada e que é objeto de disputa, sendo cogente que a temática seja trabalhada na escola quer seja ou não dentro dos currículos para que se possa conseguir os ideais trazidos na constituição federal de uma sociedade justa e igualitária.

Outro elemento que chamou atenção é que, embora a região nordeste tenha sido o principal palco da época da escravidão, não fora encontrada uma porção significativa de trabalhos na região. Tal fato pode ser decorrente da ausência de implementação das ações afirmativas, das leis voltadas para inclusão do tema dentro do currículo escolar, demonstrando uma falha na efetivação das políticas públicas e inclusivas de maneira a envolver mais os jovens em atividades voltadas para temática ou que trabalhem a mesma de forma interdisciplinar.

A ausência de material didático específico para tratar da temática é um dos elementos apontados pelos docentes que obstam o ensino, haja vista que o material de apoio didático é considerada uma das melhores ferramentas para auxiliar o professor, mas tal elemento necessita estar associado a uma formação adequada ao professor de modo que lhe permita trabalhar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula de forma efetiva.

Os materiais didáticos necessitam de ser concebidos considerando a história e cultura dessa população, que por vários séculos teve negada a sua relevância e ancestralidade, bem como seu papel na formação da cultura brasileira.

Faz-se necessário possibilitar uma melhor formação de professores de modo que os mesmos possa entender a origem dos processos históricos que permitiram a fixação de diferenças, bem como compreender o combate a discriminação racial como exercício diário dentro da sala de aula.

Destarte, a discussão das relações etnicorraciais carece de maior reflexão e aprofundamento, necessitando ser ampliado e materializado, devendo ser fomentadas pesquisas na área, a serem pesquisadas em todas as regiões do país, considerando as singularidades e desafios que decorrem da escolha da discussão sobre as relações etnicorraciais e o preconceito que ainda existe nos dias de hoje inflige o campo da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05/10/1988.

BRASIL. *Lei 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 1996.

BRASIL. *Lei 10639/03*, de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Educação-MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, 2005.

BRASIL. *Lei 11645/08*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" Brasília/DF, 2008.

FELIPE, Delton Aparecido e TERUYA, Teresa Kazuko. **Narrativas de docentes sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira**. Educação [online], Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 208-216, maio/ago. 2012.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11634>.

FELIPE, Delton Aparecido e TERUYA, Teresa Kazuko. **FILMES E NEGRITUDE EM SALA DE AULA: ESSA RELAÇÃO É POSSÍVEL?** ETD – Educ. temat. digit. Campinas, SP v.15 n.1 p. 145-160 jan./abr. 2013 ISSN 1676-259,
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/18650>.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.15-40. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLANDI, Verônica de Freitas; VITORINO, Artur José Renda. Ideologia e reconhecimento: reflexões sobre a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 157-175, abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634824>>. Acesso em: 09 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v17i1.8634824>.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. **História e cultura afro-brasileira: Uma declaração de política curricular da população negra no Brasil**. Educação, [S.l.], v. 25, n. 48, p. 53-66, abril. 2016. ISSN 2304-4322. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/educacion/article/view/14785/15354>>. Acessado em 08 de outubro. 2016 doi: <http://dx.doi.org/10.18800/educacion.201601.003>

SILVA, Maurício; MOREIRA PEREIRA, Márcia. **APONTAMENTOS SOBRE A LEI 10.639 E O ENSINO DE LITERATURA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO**. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, [S.l.], v. 8, n. 14, p. 488-495, dez. 2014. ISSN 2179-2534. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1428/1914>>. Acesso em: 09 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v8e142014488-495>.

SIQUELLI, Sônia Aparecida. **O PAPEL PEDAGÓGICO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DAS LEIS 10639/03 E 11645/08: APONTAMENTOS ÉTICOS E ÉTNICOS**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.104-122, jan./jun.2013, <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>.

SOUZA, Florentina da Silva; PEREIRA, Leticia Maria da Souza. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. Educar em Revista, [S.l.], n. 47, mar. 2013. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31338>>. Acesso em: 09 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/educar.v0i47.31338>.

VERRANGIA, Douglas. **A formação de professores de ciências e biologia e os conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira**. Revista Internacional de Pesquisa em Educaçao, [S.l.], v. 6, n. 12, p. 105-117, dez. 2013. ISSN 2027-1182. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/MAGIS/article/view/7205>>. Acesso em: 09 Out. 2016.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000300004>.

